

CORREIO BRAZILIENSE



José Jorge (PE), um dos relatores, em consultas no Prodasen ontem

A corrida contra o relógio constituinte

Nas tardes de sábado, no Congresso Nacional, pode-se atravessar longos salões e corredores ouvindo na penumbra só o ruído dos próprios passos. Ontem, esta inatividade era apenas aparente. Em gabinetes, na biblioteca e principalmente no Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), havia trabalho febril. Relatores e assessores parlamentares lançavam-se à tarefa insana de analisar centenas de sugestões e preparar, para amanhã, os anteprojetos de cada capítulo da nova Constituição. Não fosse a informática, estaria em maus lençóis principalmente o relator da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a campeoníssima, com 1 mil 500 propostas para estudar.

Estafados, constituintes queixavam-se da prorrogação do prazo para a entrega de sugestões (de 24 de abril para 6 de maio), sem qualquer contrapartida para os relatores. O resultado disto foi o recebimento da maioria das propostas na última hora. Ontem à tar-

de, elas continuavam chegando. "Recebi estas agora", reclamava o deputado José Jorge (PFL-PA). Há 15 dias, ele começou a preparar ementas para cada matéria e a enviá-las ao Prodasen, onde iam sendo arquivadas na memória dos computadores. Fez isto com 87. De sexta-feira para cá, recebeu mais de 300.

Jorge optou por deixar de fazer as ementas, passando a analisar cada sugestão e, quando é o caso, jogá-la em uma versão de anteprojeto que vai sendo constantemente alterada (uma das vantagens do computador nesta tarefa é a facilidade de substituir, excluir ou acrescentar partes do texto). Irritado, devolveu também os assessores cedidos "só ontem" pela Câmara e pelo Senado.

Já Geraldo Campos (PMDB-DF) e Mário Lima (PMDB-BA), presidente e relator da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, tomaram rumo diferente. Na biblioteca do Senado, auxiliados por sete assessores, preparavam ementa por ementa.

"Já temos quase mil prontas e boa parte já está no Prodasen", informou Campos.

Os computadores deixam as propostas de acordo com um roteiro temático elaborado pelos constituintes em conjunto com analistas de sistemas, elaboram quadros comparativos e dão rápido acesso a qualquer documento digitado. Mesmo assim, não foram uma opção geral. Exatamente metade das 24 subcomissões usam os recursos do Prodasen. Alguns relatores, como Darcy Pozza (PDS-RS), da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, preferiram manusear calhamaços de sugestões. Pozza lida com 500 delas, e outras vão chegando. Num vão de escada no Senado, ontem à tarde, um grupo de funcionários tirava cópias e cópias xerográficas. A Equipe de Campos e Lima, desde quinta-feira, está ativa das 9h às 2h da madrugada. Eles esperam terminar o trabalho pontualmente: às 17h de amanhã.

Frejat dá toda atenção à saúde

O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) apresentou à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte proposta assegurando a aposentadoria, com proventos integrais, aos profissionais de saúde, que passariam a merecer o benefício após 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres) de efetivo exercício em funções de atenção direta à saúde.

O deputado justifica a sua preocupação lembrando que, entre outros fatores, os profissionais de saúde enfrentam riscos diários ao desenvolverem suas atividades em hospitais, inviavelmente, sujeitos à incidência de infecção. "Nada portanto mais justo do que estender a estes trabalhadores o direito à aposentadoria especial", afirmou Frejat.

Leite insiste nos royalties

O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) apresentou proposta ao novo texto constitucional incluindo entre os bens dos estados e territórios a plataforma continental nos limites regulados em lei, sob o argumento de que em casos como o do Rio de Janeiro, onde o petróleo oriundo da plataforma continental de Campos corresponde a 80 por cento da produção nacional, esse Estado deixa de receber substancial receita.

Nem o Estado do Rio de Janeiro nem o município de Campos recebem qualquer indenização pelo petróleo extraído pela Petrobrás na plataforma continental, apesar de ambos arcarem com o ônus da criação da infra-estrutura necessária para a lavra, segundo o deputado.

Monopólio na telecomunicação

Representantes de sindicatos de engenheiros e trabalhadores em telecomunicações de todo o País entregaram ontem à Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação um documento defendendo a manutenção do monopólio estatal das telecomunicações. Os sindicatos também lançaram campanha contra a privatização do setor e pretende reunir 300 mil assinaturas populares para servir de respaldo a esta política.

Na terça-feira, os trabalhadores em comunicações de diversos estados promoveram atos públicos visando conscientizar a população sobre a importância de se manter inalterado o monopólio estatal que, argumentam as lideranças, "precisa ser garantido pela futura Constituição".

Deputado sugere o fim do ICM

O Deputado José Guedes (PMDB-RO), vice-líder do Partido na Constituinte, apresentou ontem e defendeu em pronunciamento a sugestão constitucional que tem por objetivo vedar aos estados e municípios a oneração tributária nas operações interestaduais para revenda.

Explica o parlamentar que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) "é na realidade um imposto sobre a produção e neste ponto reside um dos tratamentos desiguais na distribuição de rendas tributárias", ou seja, os estados produtores fazem "na verdade uma drenagem de recursos aumentando as desigualdades regionais".

Dante atribui boato à elite

Belo Horizonte — O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, atribuiu ontem aos setores privilegiados da sociedade brasileira a onda de boatos sobre a instabilidade do Governo Sarney. Para ele, a criação desse clima não interessa às forças democráticas, "mas aos especuladores, os mesmos que engoliram goela a dentro o Plano Cruzado e jogaram tudo para destabilizá-lo".

Dante, que esteve em Belo Horizonte para assinar um convênio com o governo do Estado de descentralização da reforma agrária, acha que deve caber à Constituinte, soberanamente, a definição do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney.

Dieese pede 40 horas semanais

A adoção da jornada semanal de trabalho de 40 horas, garantia no emprego e representação dos trabalhadores na empresa, são algumas das reivindicações básicas dos trabalhadores, levadas à Constituinte pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Para o Dieese, sem estes três pontos básicos, "o Brasil não terá a tão sonhada mudança social". Para a entidade, a propósito, a nova Constituição precisa garantir a estabilidade no emprego, de forma clara, para evitar que a norma venha a ser desobedecida.

Márcia quer a isenção de impostos ao papel

A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) integrante da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, apresentou sugestão de emenda à Constituinte disposta sobre a isenção de impostos aos livros, jornais, revistas e periódicos independente do qual seja o suporte físico que os contenha.

De acordo com a parlamentar que assegura ter a aceitação de seus pares na aprovação dessa emenda, "se não houver essa isenção de impostos, a indústria dos livros, jornais, periódicos e revistas será grandemente prejudicada". Ela ressalta que em um país como o Brasil, carente de muita cultura, "é necessário o incentivo, fazendo com que a cultura vá ao povo na maior escala possível e uma forma para isso acontecer é através da publicação em número cada vez maior de livros".

Márcia Kubitschek observa ainda que não haverá exceções, no caso de a emenda constar no texto constitucional, "todas as publicações serão isentas de tributos".

O importante no entender da deputada "é que uma quantidade realmente significativa de livros possa chegar a todas as camadas da população, porque o povo brasileiro precisa ler. Para ler, precisa ter o material nas suas mãos de forma viável economicamente".

CÂMARA DO LIVRO

Com relação à emenda constitucional enviada pela deputada Márcia Kubitschek, o representante da Câmara Brasileira do Livro, Ewald José Drummond, manifestou sua apreensão e desejo de que realmente seja inserida no texto constitucional uma vez que ela amplia o que já é vigente, no sentido de adequar modificações operadas pela atual tecnologia, quando se refere a "qualquer que seja o suporte físico que contenha as publicações".

Ewald ilustra com a questão do livro audiovisual, impresso em fitas, "que alcança inclusive aos cegos". Para ele é importante o adendo, "porque, hoje, em termos de publicação, os insumos trabalhados já não se restringem somente ao papel, e todos eles compõem o preço final do produto".

Segundo Ewald Drummond a isenção dos insumos para publicações serão regulados mediante lei complementar a ser devidamente examinada pelo Congresso Nacional. Dessa forma, a exemplo do que é feito na lista de serviços, essa lei delimitará quais os insumos abrangidos. "Em

síntese — acrescenta — o que se pretende é fazer com que maior parte da população tenha acesso aos livros".

CERCEAMENTO

Qualquer limitação à importação de papel, seja de ordem tributária, cambial ou qualquer outra espécie, constitui uma forma de cerceamento da liberdade de expressão, significando a democracia relativa, um caminho aberto aos atentados contra a liberdade dos autores, dos editores e dos leitores. Esta colocação foi feita pelo presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sérgio Lacerda, em depoimento na Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, ontem pela manhã. Ele defendeu a manutenção da imunidade tributária e da liberdade de importação de papel.

Num pronunciamento rápido e objetivo, lembrou que já os constituintes de 46 "reconheceram como essencial à liberdade de expressão, vale dizer à liberdade editorial, conceder imunidade fiscal e tributária ao papel". Esta imunidade garantiu de forma permanente o não pagamento de tarifas aduaneiras e outros impostos, uma vez que a isenção fiscal anteriormente concedida poderia ser cassada a qualquer momento.

Informou que, em todo esse período de liberdade de importação, imunidade tributária e até — durante algum tempo — de subsídios cambiais, jamais a indústria nacional de papel foi prejudicada, tendo a produção local sempre sido adquirida pelos consumidores. Pelo contrário, a indústria nacional de papel cresceu a partir da década de 50, chegando hoje a uma produção de 4,5 milhões de toneladas por ano.

Apesar disso, esta produção não é suficiente para atender ao consumo interno, havendo a necessidade de importação de 300 mil toneladas anuais. Assim, da mesma forma como a liberdade de pensamento foi o motivo básico para a instituição da imunidade tributária para o papel, agora o presidente do Sindicato dos Editores defende que a liberdade de importação está implícita no mesmo preceito constitucional.

Sérgio Lacerda salienta que "o governo trata dos pedidos de importação de papel da mesma forma como trata a importação de usque ou outros produtos superfluos. Não podíamos ficar à mercê do Ministério da Indústria e Comércio, como se estivéssemos importando uma Mercedes". Muitas vezes, uma guia de importação para a compra de papel para um livro que

será impresso dentro de um mês é liberada pela Cacex somente após seis meses, acrescenta o presidente do sindicato.

Ele afirmou que "o direito de adquirir o papel que precisar, para imprimir o livro que quiser, faz parte da liberdade de expressão". Em seguida, lembrou que editores de revistas e jornais também estão unidos na defesa da garantia deste princípio na Constituinte. No final, lembrou que a necessidade de importação será crescente nos próximos anos, já que a indústria nacional de papel está estagnada em relação ao papel para imprimir.

A única questão colocada para o presidente do Sindicato dos Editores durante o seu pronunciamento foi formulada pelo relator Artur da Távola. Este deputado defendeu a reserva de mercado para os autores nacionais, mas Sérgio Lacerda afirmou que "isto não é necessário, já que os autores nacionais são responsáveis por 75 por cento da produção dos editores nacionais". Além disso, salientou que "isto implicaria numa forma de censura e seria contraproducente, porque a recíproca seria verdadeira em relação aos outros países".

EDITORES

O presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sérgio Lacerda, pediu ontem que a Constituinte assegure o direito à liberdade de expressão e editorial, bem como a concessão da imunidade fiscal e tributária ao papel. Lacerda criticou a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil pela burocracia na demora da liberação de guias de importação do papel. Segundo ele, será preciso importar 300 mil toneladas do produto para suprir o mercado interno, ainda este ano.

O presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, no último depoimento ouvido pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, explicou que a liberdade de expressão e a imunidade fiscal e tributária do papel foram temas que sensibilizaram os constituintes da última Assembleia Nacional, realizada em 1946, e que por isso transformaram-na em lei.

Como o assunto retorna agora ao Congresso, Sérgio Lacerda alertou aos novos constituintes que "qualquer medida que venha a restringir ou condicionar esta proteção constitucional, significaria a democracia relativa, a liberdade aos atentados à liberdade dos autores, editores e leitores".